

Grêmio Estudantil e sua ação coletiva no processo de gestão democrática da escola: Alcances de uma pesquisa-ação

Student Council and its collective action in the school's democratic management process: Scope of action research

Rita Cristina Lima Lages¹

Rivânia Maria Trotta Sant'Ana²

Sônia Mara Ferreira dos Santos³

RESUMO

O propósito deste artigo é apresentar resultados de uma pesquisa-ação realizada em uma escola pública de Ensino Médio de Minas Gerais, cujo objetivo principal foi contribuir para fomentar ações do grêmio estudantil como instância e espaço a partir dos quais os alunos pudessem atuar de forma significativa no processo de gestão democrática da instituição de ensino. Quanto aos métodos de pesquisa, utilizou-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica com o intuito de identificar os principais conceitos do objeto de estudo, o referencial teórico e dialogar com autores que já abordaram a temática. No que tange às técnicas investigativas, adotou-se o questionário. O problema a ser resolvido pela intervenção se referiu a promover as condições necessárias para a participação do corpo discente na construção de uma convivência democrática, solidária, autônoma, dialógica e participativa dos diferentes indivíduos no cotidiano escolar. Por meio da análise dos resultados do projeto, concluiu-se que uma nova relação entre os sujeitos da escola foi estabelecida, que o primeiro passo para a construção de um hábito de participação e de gestão democrática foi dado e que os laços da convivência democrática se fortaleceram.

PALAVRAS-CHAVE: Intervenção Pedagógica. Ensino Médio. Grêmio Estudantil. Gestão Democrática.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: rita.lages@ufop.edu.br

² Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: rivaniatrotta@ufop.edu.br

³ Professora da Educação Básica: Ensino Médio, da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. E-mail: soniamarafs@hotmail.com



ABSTRACT

This article aims to present the results of a pedagogical intervention project carried out in a public high school. The general objective of the project was to contribute to the creation and promotion of the student council, as an instance and space from which high school students could act in a meaningful way in the process of democratic management of the educational institution. As for the research methods, the bibliographic research was used in order to identify the main concepts of the object of study, increase the theoretical framework and dialogue with authors who have already addressed the theme. Regarding the investigative techniques, the questionnaire was adopted. The problem to be solved by the intervention referred to promoting the necessary conditions for the participation of the student body in the construction of a democratic, solidary, autonomous, dialogical and participatory coexistence of the different individuals in the daily school life. Through the analysis of the results of the project, it was concluded that a new relationship between the subjects of the school was established, that the first step towards the construction of a habit of participation and democratic management was taken and that the bonds of democratic coexistence were strengthened.

KEYWORDS: Pedagogical Intervention. High School. Student Council. Democratic Management.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar los resultados de un proyecto de intervención pedagógica llevado a cabo en un liceo público. El objetivo general del proyecto fue contribuir a la creación y promoción del consejo estudiantil, como instancia y espacio desde el cual los estudiantes de secundaria pudieran actuar de manera significativa en el proceso de gestión democrática de la institución educativa. Como métodos de investigación, se utilizó la investigación bibliográfica con el fin de identificar los principales conceptos del objeto de estudio, aumentar el marco teórico y dialogar con autores que ya han abordado el tema. En cuanto a las técnicas de investigación, se adoptó el cuestionario. En cuanto a las técnicas de investigación, se adoptó el cuestionario. El problema a resolver con la intervención se refería a promover las condiciones necesarias para la participación del alumnado en la construcción de una convivencia democrática, solidaria, autónoma, dialógica y participativa de los diferentes individuos en la vida cotidiana escolar. A través del análisis de los resultados del proyecto, se concluyó que se estableció una nueva relación entre los sujetos de la escuela, que se dio el primer paso hacia la construcción de un hábito de participación y gestión democrática y que se fortalecieron los lazos de convivencia democrática.

PALABRAS CLAVE: Intervención pedagógica. Secundaria. Consejo Estudiantil. Gestión Democrática.



Introdução

Territórios, coletivos, povos, culturas, saberes e identidades são itens lexicais que convergem para a apreensão e a abordagem das organizações sociais e suas lutas por reconhecimento de direitos na atualidade. Ao voltar o olhar para as décadas de 1970, 1980 e 1990, principalmente, depara-se com o termo *movimentos sociais*. Termo que “inaugura”, por exemplo: o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento Negro, o Movimento Estudantil, entre outros. Estes e aqueles – que podem ser compreendidos a partir de aproximações teóricas distintas, sejam elas marxistas ou culturais – têm como força propulsora o protagonismo dos sujeitos e suas lutas sociais por igualdade de direitos, por reconhecimento de identidades e culturas. O termo *protagonismo*, aliás, pode ser reconhecido, na atualidade, em várias instâncias e movimentos, referindo-se a um coletivo ou a um sujeito: o protagonismo do coletivo, o protagonismo do sujeito.

Ao situar este protagonismo no âmbito da educação escolar, da legislação educacional e das políticas públicas curriculares, por exemplo, é possível reconhecer, em algumas prescrições normativas, a presença dos termos coletivo e protagonismo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atual documento normativo obrigatório que orienta a construção dos currículos escolares, tem o protagonismo dos sujeitos como um dos seus pressupostos. Já em sua introdução, o referido documento propõe:

[...] a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o *protagonismo do estudante* em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida (Brasil, 2017, grifo nosso).

O documento indica dez competências gerais para a educação básica, que compreende desde a educação infantil até o ensino médio. O termo protagonismo aparece na 5ª competência, referindo-se ao coletivo e ao sujeito, para que este último seja capaz de:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer *protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva*. (Brasil, 2017, grifo nosso).

Toma-se neste trabalho, portanto, os termos *coletivo* e *protagonismo*, não apenas em seus significados, mas a partir das ações dos sujeitos que os fazem valer, com o propósito de apresentar resultados de um projeto de intervenção pedagógica (em uma pesquisa-ação) realizado em uma escola pública do Ensino Médio do Estado de Minas Gerais. Após constatar-se a pouca participação dos pais, alunos, professores e demais servidores nas demandas cotidianas da escola, na elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e no Conselho Escolar, além da ausência de entidade representativa discente, definiu-se como tema do projeto a importância da participação da comunidade no processo de gestão democrática da escola. Assim delimitou-se a pertinência da participação estudantil nesse desenvolvimento.

O objetivo geral do projeto de intervenção foi contribuir para a criação e a fomentação de um espaço onde os alunos do Ensino Médio, público-alvo deste estudo, pudessem atuar de forma significativa, autônoma, democrática, dialógica e solidária no processo de gestão democrática da instituição de ensino. Tencionou-se, ainda, proporcionar uma escuta sensível ao que os estudantes tinham a dizer sobre seus interesses, anseios, esperanças etc.; orientá-los quanto à criação, organização, manutenção e consolidação do grêmio estudantil; auxiliá-los na organização do processo de escolha dos representantes; e contribuir na elaboração do primeiro Estatuto da entidade.

Incentivar a participação da comunidade escolar e, em específico, do segmento estudantil, no dia a dia da escola, é fundamental para concretizar a gestão democrática. Ela deve ser:

[...] voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. (Cury, 2002, p. 22).

O pressuposto do trabalho de intervenção pedagógica era de que os alunos não participavam das demandas cotidianas da escola por falta de incentivo, de motivação e por não se reconhecerem enquanto sujeitos no processo de gestão democrática escolar. Assim, seria necessário que eles assumissem uma condição de sujeito para serem “protagonistas do seu processo de educação, superando a longa tradição da maquinaria escolar que tenta, de todas as formas, ainda que com a melhor das intenções, reduzi-los a meros receptáculos” (Vasconcellos, 2013, p. 77).

Ainda segundo Vasconcellos (2013), a escola necessita insistir na abertura de canais de escuta e voz ao alunado, para que lhe seja preservado:

[...] o direito de participar da vida da escola em todos os níveis: da sala de aula até o relacionamento com a comunidade, da discussão da proposta de conteúdos à elaboração do Projeto Político-Pedagógico, da elaboração das normas em sala de aula às normas de convivência da escola, da prática didática cotidiana às decisões no conselho de escola, etc. (Vasconcelos, 2013, p.77)

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho foram a pesquisa-ação, o estudo de caso, a aplicação e a sistematização de questionários, a coleta de dados no Sistema Mineiro de Avaliação Escolar (SIMADE) e a observação participante.

De início, realizou-se uma abordagem teórica sobre a temática da gestão escolar a partir das ideias de pensadores como Costa e Vieira (2006), Cury (2002), Gracindo (2009), Paro (2011) e Souza (2005; 2009). Concomitantemente, analisou-se a legislação que assegura aos estudantes da educação básica o direito de se associarem a entidades representativas. Em seguida, analisou-se o processo de intervenção pedagógica na escola.

De fato, é imprescindível assegurar e estimular a participação efetiva da comunidade escolar, o que representa um grande desafio. A complexidade dos processos de participação requer uma articulação maior entre a democratização da instituição de ensino, a autonomia dos estudantes e o conselho escolar. Isso porque a gestão democrática exige um trabalho cotidiano, na busca pela mobilização e pelo envolvimento da comunidade no partilhamento do poder e no compromisso de se construir uma escola cada vez mais justa, solidária, democrática, cidadã e libertária para todos.

Democratização na gestão escolar com a criação do grêmio estudantil

A Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 206, inciso VI, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, no artigo 14, estabeleceram a gestão democrática como princípio básico das instituições de ensino.

De acordo com Souza (2009), a gestão democrática da escola é o processo político em que os diversos segmentos da comunidade identificam problemas, discutem, deliberam, planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações em prol do desenvolvimento da escola e de soluções para as demandas existentes.

Diante disso, o referido processo é sustentado pelo diálogo, pela alteridade e pelo reconhecimento das especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola. Tem-se como base a participação efetiva de diferentes segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas construídas coletivamente na tomada de decisões e a garantia de amplo acesso dos sujeitos da instituição às informações (Souza, 2009). Dessa forma, a gestão democrática deve ter como fundamentos a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Requer ainda transparência, diálogo, participação, justiça e competência (Cury, 2002).

Vale ressaltar que a exigência da participação de pais, professores, alunos e demais servidores na efetivação do processo de gestão democrática da escola talvez seja o seu maior desafio. Conforme Paro (1992), o que importa de fato é a participação da comunidade na tomada de decisões. Embora o sentimento de pertença seja igualmente importante, ele não deve ser entendido como fim, mas como meio para se partilhar o poder.

Ademais, Gracindo (2009) afirma existirem duas condições básicas para que a participação da comunidade escolar se efetive no processo da gestão democrática: na primeira, o sujeito influencia diretamente nas decisões da escola; na segunda, esse indivíduo se corresponsabiliza por aquilo que foi efetivo ou não no processo educativo.

Com esses elementos, a participação adquire caráter democrático e torna-se propiciadora da ação comprometida dos sujeitos sociais. A participação requer, dessa forma, a posição de governantes, não de meros coadjuvantes. Ou seja, requer a descentralização do poder, muitas vezes concentrado nas mãos do gestor. A verdadeira participação só é possível num clima democrático, tornando-se condição para a gestão democrática, uma não é possível sem a outra. (Gracindo, 2009, p. 137).

Ainda sobre a participação da comunidade na gestão democrática das instituições de ensino, Souza (2009) assinala que é preciso ir além da tomada de decisões. Para ele, a participação só é efetiva quando aqueles que são convocados encontram condições adequadas para tal. Caso

contrário, eles apenas ratificarão as decisões anteriormente tomadas pelo grupo dirigente e/ou hegemônico da escola.

Nesse contexto, Paro (2011) defende que é urgente colocar, no centro da discussão, a autonomia dos sujeitos da instituição de ensino, e, no caso específico deste trabalho, a dos estudantes, frente à tomada de decisões no âmbito escolar. Deve-se reforçar a participação efetiva dos alunos não apenas como membros do grêmio estudantil, das assembleias escolares ou do conselho escolar, como também acentuar o sentido e enfatizar a dimensão da participação desses indivíduos.

O que legitima a participação do aluno, dentro de uma perspectiva democrática, é fundamentalmente a sua condição de sujeito, é o seu poder de decisão frente às demandas da escola. Não pode haver verdadeira educação se o estudante não se fizer autônomo, não se fizer sujeito, ou seja, não se autogovernar. É preciso promover a autonomia do educando, e essa articulação perpassa, necessariamente, pela educação enquanto prática democrática (Paro, 2011).

No caso analisado, a escola pesquisada possui um PPP que não contemplava a efetiva participação dos estudantes na gestão da escola. Isso conforme as determinações abarcadas pela Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, que assegura aos estudantes da educação básica a livre organização em entidades autônomas representativas de seus interesses e com finalidades educativas, culturais, cívicas, desportivas e sociais (Brasil, 1985).

Por conseguinte, também não leva em consideração a LDB, que afirma, em seu artigo 1º, que a educação deve abranger “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa e nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996).

Na mesma direção, desconsideram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 2013). Nesse caso, o PPP das escolas que ofertam o Ensino Médio deve considerar a participação social e o protagonismo dos estudantes como agentes de transformação das unidades de ensino e de suas comunidades.

Mesmo diante dessa ampla legislação educacional, ainda não se pode falar que as escolas de educação básica, em sua maioria, respeitem e incentivem o direito legal dos discentes de se

organizarem. Dessa forma, a participação efetiva dos estudantes nos processos de reflexão e na tomada de decisões ainda é vista com desconfiança por parte de muitos educadores. Esses, por não acreditarem no poder transformador e mobilizador dos jovens, negam-lhes o exercício da cidadania justamente no lugar onde não deveria haver nenhum tipo de segregação: a escola.

Nesse cenário de pouco estímulo, incentivo e participação estudantil na escola acima mencionada, propõe-se a empreender o protagonismo preconizado por Costa e Vieira (2006, p. 22), ou seja, a criação do grêmio estudantil. De acordo com esses autores, o protagonismo dos jovens figura como uma estratégia de educação voltada para a cidadania ou ainda como uma proposta pedagógica, na qual os adolescentes atuam como personagens principais na solução de problemas reais da escola, da comunidade ou da vida social mais ampla. Essa “[...] é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos.” (Costa; Vieira, 2006, p. 126). Ainda segundo esses autores:

[...] participar, para o adolescente, é envolver-se em processos de discussão, decisão, planejamento e execução de ações, visando, através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora. Assim, o protagonismo juvenil, tanto quanto um direito, é um dever dos adolescentes (Costa; Vieira, 2006, p. 126).

Assim, não se trata apenas de considerar o grêmio estudantil como uma organização que dá sentido e legitimidade à participação efetiva dos discentes, mas também de ver essa participação na perspectiva da educação democrática. Nela, a condição de sujeito do educando deve necessariamente prevalecer nas atividades-fim, além de corresponder ao poder de decisão do aluno no funcionamento geral da escola (Paro, 2011).

Procedimentos metodológicos para a implementação do Projeto de Intervenção

Serrano (2011) assevera que a descrição do método é essencial para o sucesso de um trabalho científico. Não pode haver, na sua definição, nenhum tipo de dúvida ou hesitação. A clareza quanto à metodologia a ser implementada deve se impor, sempre.

A partir dessa premissa e em razão dos objetivos da intervenção, implantou-se a pesquisa devido à sua adequação ao objeto de estudo (Santos, 2012).

Quanto aos métodos de pesquisa, utilizaram-se as pesquisas bibliográfica e qualitativa. Empregou-se a primeira com o intuito de identificar os principais conceitos do objeto de estudo, aumentar o referencial teórico e dialogar com autores que já abordaram a temática; então, perante o arcabouço teórico analisado, praticou-se o estudo qualitativo, com o propósito de responder ao problema da pesquisa e, assim, definir as estratégias de investigação do objeto de estudo.

No que tange às técnicas investigativas, adotaram-se o questionário, a coleta de dados no SIMADE e a observação. Esta última foi imprescindível “[...] desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados” (Gil, 1999, p. 110); por isso, foi empregada de acordo com a necessidade.

Análise da intervenção

A análise ocorreu em uma escola que tinha 1.029 alunos distribuídos em 30 turmas. No turno matutino, eram 385 estudantes matriculados no Ensino Médio Regular e 40 estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental; no vespertino, havia 139 educandos matriculados nos anos iniciais e 155 nos anos finais do Ensino Fundamental; no noturno, eram 97 alunos matriculados no Ensino Médio Regular e 213 alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino Médio.

Nesse contexto, a escola ficava aberta nos finais de semana para atender à comunidade no projeto “Escola Aberta”. Eram oferecidas quatro oficinas: futsal, zumba, instrumentos de corda e canto para todas as faixas etárias e informática para a terceira idade. Cumpre destacar que esse trabalho era feito por voluntários.

Os objetivos da intervenção eram angariar apoio, mobilizar e conscientizar pais, alunos, professores e demais servidores quanto ao citado projeto. Visava-se, ainda, compartilhar informações, ideias, necessidades, vontades e sonhos. Ter o Conselho Escolar como parceiro era fundamental para a continuidade do processo de intervenção. Enquanto espaço de empoderamento, a função desse grupo é envolver e mobilizar os diferentes segmentos da escola na discussão, na definição e no acompanhamento do PPP; buscar a autonomia e a emancipação de todos os envolvidos no processo educacional; conduzir o desenvolvimento da prática educativa e

do processo de ensino e aprendizagem; conhecer a realidade que permeia a escola; e indicar caminhos que levam a uma educação de qualidade, democrática, libertadora e cidadã.

Inicialmente, realizou-se o levantamento do quantitativo de alunos por turma, turno, sexo e idade do público-alvo da intervenção, ou seja, dos estudantes matriculados no Ensino Médio Regular. Para isso, utilizou-se o SIMADE, uma ferramenta de gestão das escolas públicas estaduais de Minas Gerais. Por meio dele, obtêm-se informações sobre a vida escolar dos discentes, a vida funcional dos servidores e a organização pedagógica das instituições de ensino.

Com vistas a construir um espaço permanente de diálogo com os alunos, organizaram-se três encontros. Além de querer ouvir o que eles tinham a dizer sobre seus interesses, experiências e, principalmente, sobre suas vontades e expectativas quanto à criação do grêmio estudantil, pretendeu-se mostrar-lhes a efetivação da gestão democrática na escola a partir da participação efetiva de todos os segmentos.

Habermas, citado por Souza (2009, p. 2), é contundente: “[...] se os indivíduos que compõem essas instituições (as escolas) não pautarem suas ações pelo diálogo e pela alteridade, pouco restará de democrático nessas ações coletivas. Diante disso, a busca da força do argumento parece ser a única alternativa”. Procurou-se, portanto, desenvolver o diálogo com os alunos e entre eles.

Assim, realizou-se o primeiro encontro na sala de multimídia, com os alunos do 1º ano do Ensino Médio, turno matutino. De início, explicaram-se os motivos da reunião, pois, uma vez identificada a pouca participação dos estudantes nas instâncias colegiadas da escola, era necessário modificar tal situação. De fato, era essencial sensibilizá-los, um a um, para participarem efetivamente da gestão da escola por meio do grêmio estudantil.

Evidenciou-se que, embora a criação do grêmio estudantil fosse um sonho antigo de muitos profissionais da escola, esse ideal, por si só, não era suficiente. Deveria ser uma iniciativa que partisse dos alunos, pois é uma instituição representativa dos estudantes; por isso necessita de independência, autonomia e liberdade para comportar o que realmente interessa a eles (Paro, 2011).

Em duas turmas do 1º ano (C e E), o debate sobre os objetivos do projeto de intervenção foi mais acalorado — o tempo anteriormente previsto (50 minutos) foi insuficiente. Ao final do

encontro, distribuiu-se o questionário a ser utilizado na ação posterior, para que os alunos o respondessem e o entregassem no dia seguinte.

O segundo encontro com os discentes foi realizado com as turmas dos segundos e terceiros anos do Ensino Médio do turno matutino, ao passo que a terceira reunião ocorreu com os alunos do primeiro, do segundo e do terceiro anos do noturno. A dinâmica dos dois últimos encontros foi a mesma do primeiro, em que os educandos demonstraram ânimo e disposição em efetivar a participação no processo de gestão da escola e na criação do grêmio estudantil.

No período, aplicaram-se e sistematizaram-se os questionários respondidos pelo público-alvo. Dessa maneira, visou-se identificar os principais interesses dos discentes; indagar-lhes sobre conhecimentos acerca da constituição e do funcionamento de uma agremiação estudantil; e verificar quais, entre eles, desejavam participar da criação desse grupo.

Foram entregues 482 questionários; desses, 266 foram respondidos. A maioria dos que responderam sabiam do significado de grêmio estudantil. Mais ainda, demonstraram maturidade ao afirmarem que, na formação de uma entidade discente, ter atitudes de respeito para com a opinião do outro, responsabilidade e organização era imprescindível. Embora uma pequena parcela possuísse experiência anterior, todos foram unânimes em dizer que estavam dispostos a contribuir para a criação do grêmio estudantil naquela escola.

Com o propósito de integrar e sensibilizar os estudantes para que eles pudessem se reconhecer enquanto grupo e passassem a ter um olhar crítico sobre o papel do grêmio estudantil no processo de gestão democrática da escola, organizaram-se duas oficinas pedagógicas. A primeira foi intitulada de “Protagonismo estudantil: empoderamento e participação para a efetiva vivência da cidadania”; a segunda recebeu o título de “Grêmio Estudantil: uma ferramenta de transformação”. Ambas contaram com a participação de 37 estudantes e de um ex-aluno.

A primeira oficina abordou a importância de se enxergar a escola como um espaço democrático, onde a participação efetiva dos seus diferentes segmentos nos processos de reflexão e tomada de decisões é condição fundamental. Enquanto isso, a segunda oficina tratou de fazer um breve histórico do movimento estudantil no Brasil e, principalmente, das agremiações estudantis. Abordaram-se também os aspectos legais dessas associações na Constituição Federal de 1988, na

LDB (Brasil, 1996), no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990) e na Lei nº 7.398 (Brasil, 1985) que, particularmente, assegura a criação dos grêmios estudantis.

Em seguida, a partir da exibição do documentário “Escolas Ocupadas: verdadeira reorganização” – produzido em 2015 pelo músico e *videomaker* Jimmy Bro e que retrata o movimento de ocupações nas escolas estaduais paulistas, realizado pelos alunos secundaristas, como uma resposta ao plano de reorganização escolar proposto pelo governo do estado –, os alunos puderam expor suas principais dúvidas e expectativas quanto à criação do grêmio estudantil. Ao final, constituiu-se a Comissão PRÓ-GRÊMIO, formada pelos alunos presentes e, anteriormente, escolhidos entre seus pares. Decidiu-se que, assim, os membros do PRÓ-GRÊMIO fariam a divulgação do processo em toda a escola e receberiam sugestões de nomes para o futuro grêmio estudantil.

Desde a sua constituição, a Comissão PRÓ-GRÊMIO passou a se reunir diariamente na escola. No dia 2 de junho, em Assembleia Geral Escolar, presidida pelo discente do 2º ano, os alunos fundaram o Grêmio Estudantil Inovação (GEI), aprovaram o Estatuto, formaram a Comissão Eleitoral e definiram a data das eleições para o dia 16 de junho, no período das 8 às 20 horas.

As eleições transcorreram de forma tranquila. Somente uma chapa se inscreveu: “Juventude Revolucionária”. Nela havia representantes dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio Regular e da EJA. Passada a eleição, a chapa única foi empossada.

Considerações finais

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI, e a LDB (Brasil, 1996), no artigo 14, estabeleceram a gestão democrática como princípio básico das instituições de ensino. De acordo com Souza e outros autores (2005), trata-se de um processo político-administrativo em que os diversos segmentos da comunidade debatem, deliberam, projetam, acompanham e avaliam um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento da própria instituição. Por sua vez, o grêmio estudantil é uma entidade representativa dos interesses discentes na escola. Sua base legal é demarcada pela Lei nº 7.398/1995, pelo ECA (Brasil, 1990) e pela LDB (Brasil, 1996).

Com base em tais princípios, realizou-se uma intervenção pedagógica numa escola estadual. No decorrer do processo, percebeu-se que a existência pura e simples de dispositivos de leis que instituíram a gestão democrática nas escolas e a livre organização dos estudantes em entidades representativas não são suficientes para garantir a participação dos sujeitos nas demandas cotidianas das instituições de ensino.

Os Conselhos Escolares, as Associações de Pais e Mestres e os Grêmios Estudantis sozinhos são incapazes de efetivar a gestão democrática. Decerto, podem auxiliá-la, mas não há a possibilidade de garantir a sua prática, pois podem “se tornar burocratizantes e pouco democráticos” (Souza, 2009, p. 7).

A hipótese lançada no projeto de intervenção pedagógica foi a de que, se houvessem incentivo e mobilização por parte dos outros segmentos da escola à participação dos estudantes no dia a dia da instituição, certamente os alunos assumiriam a condição de sujeitos e passariam a ser os atores principais do seu processo de educação. Durante a intervenção, na medida em que eles compreenderam que a criação do grêmio estudantil não se daria por força de lei, mas por vontade e iniciativa deles, a hipótese foi confirmada. A partir do envolvimento direto dos discentes, o GEI se tornou realidade.

A escola referida possui um PPP que não foi construído pelos diferentes sujeitos da instituição. Portanto, o problema a ser resolvido pela intervenção dizia respeito a promover as condições necessárias para a participação do corpo discente na construção de uma convivência democrática, solidária, autônoma, dialógica e participativa dos diferentes indivíduos no cotidiano escolar.

Com a criação do GEI, acredita-se que a problemática da intervenção terá uma grande probabilidade de ser equacionada devido à oportunidade então apresentada. E não é somente pelo fato de o GEI existir, mas, principalmente, em virtude da relação de cooperação estabelecida a partir das ações dessa intervenção entre a gestão e a comunidade escolar. Nas diferentes ações da intervenção, partilhou-se a necessidade de implementar a gestão democrática na escola, que só será concretizada na potencialidade do trabalho coletivo, no diálogo, no respeito às diferenças e no repartimento do poder.

Ademais, cabe ainda destacar os principais avanços advindos não apenas da efetivação do grêmio em si, mas do próprio processo de sua construção, quais sejam: Estabelecimento de uma nova relação entre os sujeitos da escola, promovendo, assim, a participação ativa dos alunos no processo de gestão; Incentivo à autonomia, diálogo e solidariedade dos estudantes no ambiente escolar; Fortalecimento dos laços da convivência democrática na instituição de ensino; Criação e consolidação do grêmio estudantil como espaço representativo dos alunos na tomada de decisões; Promoção de uma cultura de participação e gestão democrática entre os diferentes membros da comunidade escolar; Assim como, identificação dos principais interesses dos alunos e incentivo à sua atuação como protagonistas no processo educativo.

Diante do exposto, conclui-se que uma nova relação entre os sujeitos da escola foi estabelecida. O primeiro passo para a construção de um hábito de participação e de gestão democrática foi dado e os laços da convivência democrática se fortaleceram. Por tudo isso, evidencia-se a importância de dar continuidade ao processo estabelecido, de modo que o coletivo da escola entenda que, na relação com o outro, haverá sempre conflitos, resistências e tensões, pois, quando diferentes sujeitos se juntam para discutir e decidir o bem comum, o importante é que eles tenham uma posição crítica frente a qualquer tipo de dominação, seja ela política, social, econômica ou cultural. Além disso, cabe destacar a necessidade de novas pesquisas sobre uma importante temática que aborda o protagonismo estudantil nas práticas escolares.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição de 1988), texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal35ed.pdf. Acesso em: 4 mai de 2024.

BRASIL. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 nov. 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm . Acesso em: 4 mai de 2024.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm . Acesso em: 4 mai de 2024.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 4 mai de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 10 abril de 2024.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria Adenil. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. 2. ed. São Paulo: FTD; Salvador: Fundação Odebrecht, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola, s. d. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufop2/file.php/227/Textos da Disciplina/Texto3>. Acesso em: 20 mar. de 2024.

ESCOLAS ocupadas: a verdadeira reorganização. Direção: Jimmy Bro. São Paulo, 2015. 1 **Documentário** (22 min), son., col. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UxpwFW62i7M> . Acesso em: 16 mai. de 2024.

FURLONG Antochevis, A., & VIEIRA DE SANTANA ROCHA, R. (2024). IMPACTO DA GESTÃO NEOLIBERAL NA ATENÇÃO AO SOFRIMENTO PSICOLÓGICO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. **Cadernos Cajuína**, v. 9, n. 2, 2024. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/236> . Acesso em 10 abril de 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências, práticas, perfil e formação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 135-147, 2009.

MACHADO, Cristiane; MARTINS, Angela Maria. Gestão escolar: desafios na mediação das relações de convivência. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.2, p. 350-362, maio-ago/2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9498> Acesso em: 29 de mar. de 2024.

PARO, Vitor Henrique. Gestão da escola pública: a participação da comunidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n. 174, p. 255-290, mai./ago.1992.

PARO, Vitor Henrique. Autonomia do educando na escola fundamental: um tema negligenciado. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 197-213, jul./set. 2011.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 9. ed. Niterói: Impetus, 2012.

SERRANO, Francisco Perujo. **Pesquisar no labirinto**: a tese de doutorado, um desafio possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SOUSA, M. da S., MORAIS, L. A. de, FRADE, C. M., & PESSOA, M. F.. DINÂMICAS DE PARTICIPAÇÃO E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL:: UMA ANÁLISE DE UM CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO SERTÃO PARAIBANO. **Cadernos Cajuína**, N. 9, v. 2, 2024. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/174> . Acesso em 10 mai de 2024.

SOUZA, Ângelo Ricardo et al. **Gestão e avaliação da escola pública**. Curitiba: Editora da UFPR, 2005. (Coleção Gestão e Avaliação – Caderno I).

SOUZA. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 1-9, dez. 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do Projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2013.

ZANATA E., NOVAES, D. ESCOLA EM DEBATE: o papel da orientação, supervisão e gestão educacional. . **Cadernos Cajuína**, v. 7, n. 1, 2022. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/511> . Acesso em 12 abril de 2024.